

Informação Dados Pessoais:

A participação no Bairro Solar como Produtor ou na qualidade de Vizinho implica a recolha de dados pessoais que serão tratados nos termos que se segue:

Produtor - Para criar um “Bairro Solar” deverá indicar a sua localização (ou coordenadas de localização) através do *Google Maps*; o tipo de instalação (por exemplo se se trata de uma moradia ou apartamento); confirmar se já possui, ou não, painéis solares instalados; indicar algumas informações relacionadas com o contrato de fornecimento de energia elétrica da sua instalação (opção horária, potência contratada, o valor médio mensal ou anual do consumo) e a morada. Caso não seja cliente EDP Comercial deverá ainda registar-se no *edponline* e para o efeito indicar os dados: nome, endereço de e-mail e número de identificação fiscal, bem como aceitar os respetivos “Termos & Condições”.

Vizinho - Para associar-se a um “Bairro Solar” deverá indicar a sua morada e algumas informações relacionadas com o contrato de fornecimento de energia elétrica da sua instalação (opção horária, potência contratada, o valor médio mensal ou anual do consumo). Caso não seja cliente EDP Comercial deverá ainda registar-se no *edponline* e para o efeito indicar os dados: nome, endereço de e-mail e número de identificação fiscal, bem como aceitar os respetivos “Termos & Condições”.

Entidade Responsável - Os dados pessoais indicados serão tratados pela EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. (*adiante* “EDP Comercial”), com sede na Avenida 24 de Julho, nº 12, 1249-300 Lisboa; contactos 808 53 53 53 ou 213 53 53 53.

A EDP Comercial procede ao tratamento de dados pessoais, enquanto responsável, nos termos da legislação aplicável nesta matéria, em particular, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (*adiante* “RGPD”) e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto que executa, na ordem jurídica nacional, o RGPD.

Finalidades do tratamento e fundamento jurídico - Os dados pessoais serão tratados para:

- Criação do “Bairro Solar” enquanto “Produtor”;
- Adesão ao “Bairro Solar” enquanto “Vizinho”;
- A EDP Comercial diligenciar, oportunamente, pela apresentação de uma proposta contratual;
- Realização de estatísticas e análises relacionadas com o produto, sobre a quantidade de “Bairros” criados, quantidade de adesões, quantidade de painéis solares.

A EDP Comercial trata os dados pessoais acima indicados em virtude da adesão/aceitação do titular aos Termos e Condições, para que este tenha acesso ao “Bairro Solar” e respetivas funcionalidades que está disponível no website “*edp.pt*”.

A criação do “Bairro Solar” pelo Produtor ou a adesão a este pelo “Vizinho” também implica o login (caso seja um Cliente da EDP Comercial já registado) ou o registo no *edponline* (caso não seja Cliente da EDP Comercial), o que implica que sejam facultados dados pessoais por parte do titular.

- Os dados serão também tratados para envio de comunicações eletrónicas aos titulares dos dados sobre a gestão dos “Bairros Solares” (criações, pedido de adesão, pedido de

contacto), sendo estas comunicações necessárias no âmbito da sua participação no Bairro Solar.

Subcontratantes - Os dados pessoais do titular poderão ser comunicados a um prestador de serviços idóneo contratado pela EDP Comercial, o qual tratará os dados para as finalidades estabelecidas pela EDP Comercial e mediante instruções desta. No âmbito do “Bairro Solar” a entidade subcontratante que acede a dados pessoais tratados pela EDP Comercial é a seguinte:

- Sixandco, **Unipessoal, Lda.**, com o número único de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 507963059, com sede na Quinta da Fonte - Rua Quinta da Quintã, Edifício Q52, R/C Ala A 2770-203 Paços de Arcos, que tem acesso aos dados pessoais tratados pela EDP Comercial para criação e manutenção das bases de dados de suporte à aplicação.

Destinatários dos Dados - A EDP Comercial poderá ainda transmitir os dados a outras entidades, que se qualifiquem, elas próprias, como responsáveis pelo tratamento dos dados, utilizando-os para fins próprios, se estiverem cumpridas as condições de licitude previstas no RGPD, como seja, autoridades públicas, como, por exemplo, as Autoridades Tributárias ou Judiciais.

Transferências internacionais de dados - A EDP Comercial realizará o tratamento dos dados do titular dos dados integralmente no território do Espaço Económico Europeu (EEE). Assim, não estão previstas transferências de dados pessoais para países que possam não assegurar um nível adequado de proteção de dados pessoais.

Prazo de conservação - A EDP Comercial conservará os dados pessoais dos titulares no prazo de 2 (dois) anos desde a sua adesão para, neste período, poder remeter as respetivas propostas contratuais, quando haja lugar às mesmas. Após a contratação os dados pessoais serão tratados e conservados ao abrigo da execução do contrato e nos termos das cláusulas contratuais que vigorarão entre as Partes.

Findo o período acima referido, a EDP Comercial poderá tratar os dados para fins estatísticos, mas, neste caso, serão limitados ao mínimo indispensável para este fim e sujeitos a anonimização.

Exercício de Direitos - No que respeita ao tratamento dos seus dados pessoais goza o titular dispõe dos seguintes direitos:

Direito de acesso - Nos termos legais, o titular dos dados tem o direito de obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são tratados pela EDP Comercial;
O titular dos dados tem ainda o direito de aceder aos seus dados pessoais, bem como a obter as seguintes informações ou explicações adicionais:

- a) Razões pelas quais os seus dados pessoais são tratados;
- b) Tipos de dados pessoais que são tratados;
- c) Entidades a quem os seus dados pessoais podem ser transmitidos, incluindo entidades localizadas em países fora da União Europeia, sendo neste caso informado das garantias aplicadas à transferência dos seus dados;
- d) Prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;
- e) Direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
- f) Se os dados pessoais não tiverem sido por si fornecidos, informações sobre a origem dos mesmos;

- g) Existência de decisões individuais automatizadas, incluindo definição de perfis, e, nesse caso, informações sobre a lógica subjacente a esse tratamento, bem como sobre a importância e consequências previstas do mesmo.

Direito de retificação - Sempre que considerar que os dados pessoais que indicou estão incorretos ou incompletos, o titular dos dados pode requerer a sua retificação ou que os mesmos sejam completados.

Direito ao apagamento - Nos termos legais, o titular dos dados tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados pessoais quando se verificar uma das seguintes situações:

- a) Os dados pessoais deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) O titular dos dados se oponha ao tratamento dos dados e não existam disposições legais, contratuais ou interesse legítimo prevalecentes que justifiquem a manutenção do tratamento;
- c) Os dados forem tratados para efeitos de *marketing* direto (envio de comunicações não solicitadas);
- d) Os dados pessoais forem tratados ilicitamente;
- e) Os dados pessoais tenham que ser apagados ao abrigo de uma obrigação jurídica a que esteja sujeita a EDP Comercial; ou
- f) Os dados pessoais tenham sido recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade de informação.

O direito ao apagamento não se aplica quando o tratamento seja necessário para os seguintes efeitos:

- a) Exercício de liberdade de expressão e de informação;
- b) Cumprimento de obrigação legal que exija o tratamento e que se aplique à EDP Comercial;
- c) Motivos de interesse público no domínio da saúde pública;
- d) Fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, na medida em que o exercício do direito ao apagamento prejudique gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento; ou
- e) Declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Direito à limitação do tratamento - O titular dos dados pode requerer a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, nos seguintes casos:

- a) Se contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período de tempo que permita à EDP Comercial verificar a sua exatidão;
- b) Se o tratamento for ilícito e se o titular se opuser ao apagamento dos seus dados pessoais e solicitar, em contrapartida, a limitação do tratamento;
- c) Se a EDP Comercial já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; ou
- d) Se o titular dos dados tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique que os interesses legítimos da EDP Comercial prevalecem sobre os seus.

Direito de Portabilidade - O titular tem o direito de receber os seus dados pessoais por si fornecidos, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática. Tem ainda o

direito de pedir que a EDP Comercial transmita esses dados a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

Direito de oposição - Nos termos legais, tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, nas seguintes situações:

- a) Quando o tratamento se basear no interesse legítimo da EDP Comercial, sem prejuízo de a EDP Comercial poder apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; ou
- b) Quando o tratamento for realizado para fins diversos daqueles para os quais os dados foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos.
- c) Sempre que o tratamento seja baseado exclusivamente no consentimento do titular dos dados e este não deseje manter o tratamento revogando o respetivo consentimento.

Pode exercer os seus direitos junto da EDP Comercial através dos contatos do responsável pelo tratamento. Quando a EDP Comercial tiver dúvidas razoáveis quanto à identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, pode solicitar que lhe sejam fornecidas as informações adicionais necessárias à confirmação da sua identidade.

Direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo - O titular tem o direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo competente, relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais. Em Portugal, a autoridade de controlo competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Para mais informações, o Utilizador pode aceder a www.cnpd.pt.

Para qualquer assunto relacionado com a presente informação o titular dos dados poderá ainda dirigir a sua questão ao Encarregado de Proteção de Dados para o seguinte endereço de correio eletrónico: dpo.pt@edp.com.